

ACTA NÚMERO 132 (CENTO E TRINTA E DOIS)

Aos vinte e três dias de Maio de 2019, pelas 18H30, no Auditório do Complexo das Piscinas do Jamor, sito na Praça da Maratona, em Oeiras, reuniu Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby, regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto do n.º.1 do artigos 20º, dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2018
2. Proposta de remuneração do Presidente da Direcção para o quadriénio 2019-2023.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo respectivo Presidente, Tito Arantes Fontes, pelo Vice-Presidente José Carlos Lopes Martins e pelos Secretários Miguel Rodrigues e António Costa.


À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente da Assembleia constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º. 4 do artigo 20º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória. Às 19H00 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou os delegados que iria aguardar mais 10 minutos para dar início aos trabalhos, para permitir que chegassem mais delegados que pudessem estar retidos no trânsito.

Às 19H10 minutos encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: José Carlos Martins (Académica), Luis Baptista (Belas), António Simões dos Santos e Rodrigo Alves (Benfica), António Ferreira Marques (Caldas), Miguel Rodrigues (CDUL), António Costa (CRAV), Pedro Frago Mendes (Direito), António Aguilar (Sport Porto) e Tito Arantes Fontes (Sporting).

Encontravam-se presentes o Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva e os Vice-Presidentes da Direcção, José Maria Saraiva Marques, João Faria e Luis Canongia, e Nuno Fonte representante do ROC, admitidos a participar nos trabalhos da Assembleia Geral nos termos do n.º. 10 do artigo 20º dos Estatutos da FPR.

Antes de entrar na discussão da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa submeteu à votação a participação para assistir e intervir na reunião, nos termos do n.º. 10' do artigo 20º dos Estatutos, Pedro Sousa Ribeiro, Presidente da Comissão de Gestão Provisória que cessou funções, tendo sido aprovado por unanimidade.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos Estatutários, o Presidente deu início à discussão da ordem de trabalhos da Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 19H10.



Antes de passar a palavra ao Presidente da Federação Portuguesa de Rugby, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral cumprimentou a nova Direcção presente e apresentou os novos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR, cumprimentou a Mesa e os delegados presentes e pediu para passar a palavra a Pedro Sousa Ribeiro em virtude de o Relatório e Contas que agora está em discussão ser da responsabilidade da Comissão de Gestão Provisória presidida pelo mesmo.

O Presidente da Mesa passou então a palavra a Pedro Sousa Ribeiro que lamentou o atraso na elaboração deste relatório por sobrecarga de trabalho dos serviços da FPR. O ano de 2018 foi parcialmente gerido pela anterior Direcção de Luis Cassiano Neves e pela Comissão de Gestão Provisória, e foi marcado pelos acontecimentos ocorridos no jogo da 1/2 Final da Divisão de Honra entre Agronomia e o Direito. Entre outros aspectos salientou a continuidade da boa prestação das selecções jovens e da selecção nacional de seniores que apesar de não terem conseguido subir de divisão tiveram um desempenho irrepreensível, ao invés lamenta-se a descida de divisão da selecção nacional de sevens feminina. O resultado financeiro do exercício foi de 37 mil euros positivos diminuindo o passivo para menos de 600 mil euros.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Tito Fontes questionou a Assembleia se alguém desejava usar da palavra e não havendo quem quisesse intervir pôs à votação o ponto um da ordem de trabalhos que foi aprovado por unanimidade dos delegados presentes.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu conhecimento à Assembleia da proposta enviada à Mesa pelo Vice-Presidente da Direcção Luis Canongia.

Passando à discussão do ponto dois, Tito Arantes Fontes deu a palavra a Luis Baptista, do Belas, que questionou a Direcção sobre se tinham calculado o impacto financeiro que a aprovação desta proposta teria sobre o orçamento deste ano.

Luis Canongia Costa, Vice-Presidente da FPR, pediu a palavra para confirmar que a Direcção tinha tido essa questão em consideração e que após serem feitas as reestruturações que pretendiam ainda haveria uma margem positiva.

Não havendo quem mais desejasse usar da palavra, o Presidente da Mesa submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por 9 votos a favor e uma abstenção.

Neste momento juntou-se Assembleia o delegado de Montemor, Francisco Sousa.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral informou Assembleia de que o delegado do Direito, Pedro Fragoso Mendes, tinha solicitado que a Direcção prestasse informações sobre três pontos:

1-Caso da utilização indevida de um jogador no jogo entre o Belas e o CR Técnico e dado a gravidade do assunto se a Direcção da FPR vai apresentar uma queixa crime.

O Presidente da Mesa solicitou informações sobre este caso, pois ele e o Vice-Presidente da Mesa não tinham conhecimento. Luis Baptista, do Belas, pediu a palavra e esclareceu a Mesa sobre o caso.

Tito Arantes Fontes passou a palavra ao Presidente da Federação que considerou o caso gravíssimo mas que aguarda mais dados para poder tomar uma posição, pondera a queixa crime, mas tem que agir com prudência para não prejudicar a modalidade.

2-O delegado do Direito perguntou se as dividas dos clubes e dos dirigentes à FPR vão continuar impunes ou se a Direcção vai aplicar os regulamentos.

O Presidente da Direcção pediu a palavra para informar que a FPR vai cumprir com o regulamentado e a homologação dos resultados dos clubes em falta fica suspensa e os clubes correm o risco de descerem de divisão e informou Assembleia que o montante em causa é de cerca de 40 mil euros.

3-Pedro Fragoso Mendes pediu informações sobre o que aconteceu na atribuição de medalhas às Campeãs Nacionais de Sevens e que levou à publicação de um artigo no Jornal Publico. Intervieram o Presidente Carlos Amado da Silva, os Vice-Presidentes José Maria Saraiva Marques, João Faria e Luis Canongia, assim como, os delegados do Benfica, Rodrigo Alves e António Simões do Santos, e o delegado do Caldas, António Marques. Foi esclarecido que a não atribuição de medalhas em determinadas competições foi uma decisão tomada pela anterior Direcção de Luis Cassiano Neves, em comunicado de Fevereiro 2018, enviado aos clubes. Na referida cerimónia estiveram presentes os Vice-Presidentes José Maria Marques e Luis Canongia, que logo na altura lamentaram não haver medalhas para entregar, ao que as jogadoras reagiram sem qualquer desagrado e não tendo o Director da equipa feminina do Sporting, em nenhum momento se dirigido aos referidos Vice-Presidentes para obter qualquer esclarecimento. Foi também referido que os Campeões Nacionais de Sevens masculinos também não receberam medalhas e que esta situação com as Campeãs femininas já aconteceram em ocasiões anteriores e nunca houve reclamações. As jogadoras de ambas as equipas finalistas foram informadas de que para corrigir esta situação irão ser entregues medalhas às mesmas por ocasião de Lisboa Sevens. Por fim foi referido que a própria capitã do Sporting escreveu num comentário à notícia como sendo uma notícia triste

[Handwritten mark]

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas 21H00, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Assembleia Geral.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]